

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.002

O ENSINO E APRENDIZADO DA LIBRAS E DA LÍNGUA PORTUGUESA DA SURDA PAULA PFEIFER NO SEU LIVRO: “AS CRÔNICAS DA SURDEZ”

Paulo Eleyzon Ferreira de Santana¹

RESUMO

No decorrer da história, as pessoas surdas vivenciaram diferentes momentos marcados por preconceito e exclusão. Contudo, com o passar do tempo, essas marcas passaram a serem vistas como superação, transformações e conquistas. Na Pré-história, em algumas civilizações, os surdos eram vítimas de experimentos cruéis, além de serem mortos nesses experimentos, em outras civilizações, eram jogados de penhascos, no Antigo Egito, os surdos, eram tidos como deuses, Lima (2018). Na Idade Média, portanto, começam algumas tentativas de educação para os surdos. Nesse sentido, os surdos por muito tempo lutaram para que a Libras fosse oficializada no Brasil Lima (2018). Assim, com a Lei de Libras de 24 de abril de 2002, Brasil (2002), a Língua Brasileira de Sinais (LSB) se tornou uma das línguas oficiais do Brasil. Nessa perspectiva, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Brasil (2005) regulamenta a Lei de Libras. Logo, “As Crônicas da Surdez” de Paula Pfeifer, retrata um cenário, que a personagem principal, conta suas experiências de vida, a partir de uma perspectiva da oralização, visto que é usuária do AASI (Aparelho de Amplificação Sonora Individual), ela trilha pelo caminho da oralização e da leitura labial, mas aprende a Língua Portuguesa e outras línguas, como o inglês, além de deixar clara sua posição em relação a Libras, Pfeifer

1 Mestrando do Curso de LETRAS da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, paulo.eleyzon@discente.ufma.br;

(2013). A pesquisa se encaixa como uma pesquisa de cunho bibliográfico, que de acordo com Marconi e Lakatos (2003), conta como fonte, pesquisas em livros, sites etc. Dessa forma, o primeiro passo foi selecionar os livros e materiais que abordassem sobre a Libras e a surdez. Depois relacionar com o livro da pesquisa. Por fim, percebi que Paula Pfeifer é uma mulher autodidata, pois mesmo não ficando tão evidente a forma que ela ficou fluente na Língua portuguesa, subtende que foram necessárias algumas estratégias.

Palavras-chave: Audição, Comunicação, Escrita, Libras, Surdez.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, tem como objetivos principais, compreender como se deu o ensino e aprendizado da Libras e da Língua Portuguesa da surda Paula Pfeifer, tendo como literatura para ser analisada o seu livro, uma crônica cuja tessitura da leitura é embasada seguindo as suas experiências diárias, que inicia ainda na sua infância até a vida adulta.

Uma vida marcada por desafios, barreiras e por vezes o reconhecimento ou mesmo o exemplo de outras pessoas surdas, oralizadas e que fazem leitura labial. Dessa forma, sofreu por preconceitos, falta de profissionais da área da Libras, como instrutores de Libras, fonoaudiólogos mais eficientes, especialistas em surdez, ou mesmo profissionais surdos, que assim como ela pudesse dar um suporte mais humano e especializado.

Logo, a pesquisa é importante e necessária, uma vez que estudo a área de Libras e da surdez, por ser professor de Libras e Língua Portuguesa, na rede pública de ensino, sou além desses cargos e funções, intérprete e tradutor de Libras. Logo, sei o quanto Paula Pfeifer sofreu para adquirir a fluência na Língua Portuguesa, pois ao não optar pela Libras, como sua língua de instrução, trilhou um caminho que por vezes é visto por preconceito até mesmo por profissionais da área e pelos próprios surdos da área da surdez, que sabem se comunicar e vivem uma vida dependentes da língua de sinais.

Embora, para Paula Pfeifer não existe nenhum problema dos surdos sinalizantes da Libras, só relata que é de suma necessidade os surdos aprenderem a língua portuguesa, mais especificamente a língua portuguesa do Brasil. Pois, para Pfeifer (2013), os surdos brasileiros só têm a ganhar com a fluência com a língua portuguesa, como uma boa oportunidade de emprego, cursar uma graduação, mestrado ou mesmo doutorado. Além de conseguirem passar em um concurso, enfim muita são as portas que se abrem para quem aprende a língua portuguesa.

Assim, de acordo com Góes (2012), sabe-se que no contexto da surdez, há muitas barreiras comunicacionais vivenciadas pelos surdos, pois é

evidente a dificuldade de decifrar sentidos e expressões como, metáforas, jargões e anedotas. Sobretudo, consoante o autor, existe uma dificuldade ancorada nos surdos em relação a escrita mais próxima da língua portuguesa, seguindo as normas gramaticais, além da própria compreensão da gramática normativa, conseqüentemente a compreensão dos nuances que a gramática descritiva apresenta, como o entendimento de como os usuários da língua portuguesa realmente falam no dia a dia, como a expressão: Cada macaco no seu galho.

Se o intérprete de Libras for de fato interpretar a expressão anterior, terá que usar de mecanismos de interpretação, como a adaptação, pois traduzir da forma que está será compreensível ao grupo majoritário, os ouvintes, mas caso seja para o grupo minoritário, que é o caso dos surdos eles terão dificuldades para entender, pois interpretar no sentido literário, os surdos realmente entenderão que se trata de vários macacos e em galhos diferentes e sós.

Nessa perspectiva, a autora Botello (2016), afirma o seguinte, as barreiras comunicacionais demonstradas pelos surdos acabam se tronando maiores quando os surdos, geralmente, apresentam alguns problemas semânticos em decifrar palavras mais usuais do cotidiano, como exemplo poderia pensar na expressão: asa da xícara, que se trata de uma figura de linguagem, catacrese, pois mesmo sendo um recurso da língua portuguesa em dizer o nome de algo que não tem necessariamente uma palavra específica, mas a forma daquele objeto, por exemplo, que de toda forma, os surdos usam os sinais, pois representam visualmente os objetos e parte deles.

Contudo, nos casos parecidos com o de Paula Pfeifer, é notório que os surdos ao optarem por oralizar desde cedo conseguem ter o contato com a língua portuguesa falada mais cedo. Silvestre e Sousa (2007). Nesse sentido, conforme as autoras, os surdos com acompanhamento do fonoaudiólogo especialista em surdez, assim como, psicólogos, pedagogos etc., apresentam resultados mais efetivos a respeito da oralização. Normalmente, tais escolhas, surgem por escolha da família cujo filho é

surdo, ou mesmo pelo surdo que em determinada fase da sua vida ou desde sempre opte pela oralização e/ou leitura labial.

Portanto, conforme Silvestre e Sousa (2007) boa parte das famílias que optam por meios que sigam o diagnóstico patológico como apenas o único caminho a ser seguido pode muitas vezes escolher essa opção como forma de que os surdos alcancem uma certa “normalidade”, seja através dos aparelhos auditivos externos ou internos. Segundo a pesquisa de Silvestre e Sousa (2007) os surdos que oralizam e que são acompanhados por uma equipe multiprofissional desde cedo, apresentam melhores resultados com a língua portuguesa escrita, porém, para que essa prerrogativa aconteça, faz-se necessário contato com a leitura ainda na infância, de forma gradativa, porque a prática da leitura aumenta o vocabulário da criança.

Logo, leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), colocam algumas prerrogativas em relação a educação dos surdos. De acordo com a Lei n.º 9.394 (Brasil, 1996), com a atualização da Lei n.º 14.191 (Brasil, 2021) o bilinguismo deve ser garantido na educação dos surdos do Brasil. Assim, a Libras como 1ª (primeira) língua ou língua de instrução e a língua portuguesa como 2ª (segunda) língua, na sua modalidade escrita.

No âmbito das leis, a Lei n.º. 10.436 (Brasil, 2002) traz consigo a validação e reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas do Brasil. Um língua de modalidade espaço-visual e motora, que difere da língua portuguesa falada, que é de modalidade oral-auditiva, Quadros (2004). Nesse cenário, para Quadros (2004) a surdez aparece em 3 (três) níveis: leve, moderada, profundo e cofose.

Embora, a primeira língua ou língua materna de Paula foi a língua portuguesa, ela foi perdendo a audição de forma gradativa, e não quis ser alfabetizada em Libras também como sua segunda língua. Logo, para Pfeifer, tudo no que diz respeito a comunidade surda tem um tom taxativo e estereotipado, “dentro da caixinha”, Pfeifer (2013). Paula Pfeifer perdeu muito precocemente a sua audição, até receber o diagnóstico final de surdez profunda.

Algo nesse sentido, é que Paula Pfeifer viveu um período até aceitar a sua nova vida como uma pessoa com surdez. Passou então, com o decorrer dos anos a usar os aparelhos auditivos, conhecidos como AASI, como meio de corrigir as barreiras de comunicação, pois, dessa forma, com a utilização das próteses externas ela se torna uma surda com o tipo de surdez severa. E, com a leitura labial, juntamente com a oralização, é possível se comunicar com maior fluidez.

Em consonância com o cenário vivido pela Paula Pfeifer, surge a dúvida, de quais mecanismos e técnicas ela usou para se tornar fluente na língua portuguesa, mesmo não optando em aprender a Libras. Em virtude disso, ressalto que ela pode ter sido uma surda autodidata. Com isso, ela conseguiu ganhar fluência, a partir da leitura de livros, jornais, revistas, leitura de legendas nos filmes, séries, minisséries etc. Por isso, ela aumentou cada vez o vocabulário, tornando-a mais fluente, ao mesmo tempo que oralizava novas palavras. Esse fenômeno ocorrido por Paula Pfeifer é algo curioso, pois ela não contou com muitos recursos humanos durante o período que estudou na educação básica, tornando uma situação interessante para ser estudada.

Em vista disso, é de suma importância, pesquisas voltadas para diversos tipos de surdos, incluindo os oralizados, como Paula Pfeifer. No que diz respeito, a metodologia, a pesquisa foi idealizada e concretizada com os procedimentos técnicos de cunho bibliográfico, com leituras de livros, leis, decretos e sites, Marconi e Lakatos (2003). Primeiramente, escolhi o fenômeno a ser estudado, após a leitura do livro de Paula Pfeifer, achei interessante a forma de como ela aprendeu a língua portuguesa, e embora houvesse feito apenas um curso básico de Libras, não quis adentrar no universo da Libras, mas optou pela oralização, leitura labial e os aparelhos auditivos.

Após essa etapa, iniciei as leituras para o embasamento da pesquisa. Em seguida, iniciei a correlação dos materiais da fundamentação teórica e da leitura do livro *As Crônicas da Surdez*. Por fim, a concretização da pesquisa com os resultados e conclusões sobre o ensino da língua portu-

guesa pela surda. Ressaltando, contudo, a importância da Libras, pois a própria autora do livro deixa claro a sua opinião sobre a Libras, que é de respeito aos surdos que optam de aprender apenas a Libras, mas incentiva o aprendizado não só da Libras, mas da língua portuguesa também.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi feita seguindo alguns passos importantes, uma vez que se trata de uma pesquisa de cunho bibliográfico, com procedimentos técnicos de análise observacional, com leituras em sites para visualizar as leis e decretos, em livros da área da surdez, por isso se trata de uma análise por meio de literaturas já existente, Marconi e Lakatos (2003).

Primeiramente, a escolha da temática abordada, pois se trata de uma vertente da surdez de suma importância no cenário acadêmico, porque envolve a área da surdez e da língua portuguesa do Brasil. Após a curiosidade advinda da síntese do livro, li todo o livro para entender melhor todas as questões em torno da vida de Paula Pfeifer abordada na sua obra. Segundo, foram feitas as escolhas das obras que abordassem o tema da surdez, da Libras, logo, que procurasse entender como a surda aprendeu a Língua Portuguesa.

Após o embasamento das ideias, que giravam em torno dos questionamentos do livro sobre como a autora do livro aprendeu a Língua Portuguesa foi feito a apuração de cada uma das etapas e dos acontecimentos até encontrar essas informações na própria leitura da obra. Portanto, essa foi uma pequena amostra do grande universo que é a surdez.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o embasamento da pesquisa alguns autores contribuíram para a construção e entendimento das ideias, autores como Lima (2018), que aborda as civilizações e a forma que os surdos eram retratados nessas

épocas. Já Góes (2012) fala sobre as dificuldades de escrita dos surdos em relação a língua portuguesa. Botello (2016) aborda sobre exemplos de escrita dos alunos surdos, pois apresentam algumas dificuldades na escrita da língua portuguesa. Em se tratando de algumas abordagens da política e educação dos surdos, fez-se necessária a leitura de Luchesse (2017). Quadros (2004) retrata sobre as línguas de sinais como línguas naturais. Fiorin (2015) a diferença entre língua e linguagem. Gesser (2009) apresenta conceitos básicos da Libras, como os parâmetros da Libras. Silvestre e Sousa (2007) falam sobre os tipos de próteses existentes utilizadas pelas pelos surdos.

UMA RÁPIDA RETROSPECTIVA SOBRE A EDUCAÇÃO DOS SURDOS

De acordo com Lima (2018) os surdos eram vistos como seres anormais, pessoas sem pensamento, logo, eram jogados de penhascos, mortos de forma bastante cruel. Portanto, viviam à margem da sociedade. Desse jeito, na idade média, as pessoas surdas não tinham garantidos os seus direitos básicos de ir e vir, como, por exemplo, eram proibidos de se casarem, não recebiam as suas partes como herança da família, isso se estendia até mesmo caso fossem os únicos herdeiros.

As coisas em relação a educação dos surdos caminhavam a passos lentos. Contudo, as coisas começam a engatiar na Idade Média, com alguns educadores importantes nesse processo de ensino e aprendizado dos surdos, porém esses feitos não foram por si só salvos ou disponibilizados de forma concreta para serem pesquisados e utilizados posteriormente. Dentre os atores importantes nesse processo, encontra-se: Pedro Ponce de León e Charles Michel de L'Épée, Lima (2018).

Nesse cenário, ambos personagens verídicos com contribuições no início da educação dos surdos, citados anteriormente, dedicaram-se em métodos como, a leitura, escrita, fala, a língua de sinais, que no passado era conhecida como linguagem de sinais, sobretudo usavam métodos de

oralização. Assim, pode-se pensar que nesse início era utilizado o método da comunicação total, nesse caso, todas as maneiras possíveis de comunicação eram aceitas, Lima (2018).

De acordo com Lima (2018), ao longo do tempo, o Congresso de Milão, ocorrido em 1880, marcou um período de aproximadamente cem anos de proibição da língua de sinais. Nesse contexto, o método oralista passou a predominar, o que, conforme o autor, resultou em grandes prejuízos para a difusão e o reconhecimento da língua de sinais, cujas consequências se estendem até os dias atuais.

Retomando a trajetória histórica, Luchesse (2017) destaca que entre os anos de 1501 e 1576 o médico e filósofo Girolamo Cardano identificou a surdez como uma condição que poderia ser compreendida e trabalhada, e não como um destino inevitável. Diferente de muitos de sua época, Cardano utilizava tanto a escrita quanto sinais em sua comunicação com pessoas surdas.

Com o passar dos anos, após o Congresso de Milão, surgiram escolas-modelo criadas por pessoas surdas em cidades como Paris e nos Estados Unidos. No Brasil, por iniciativa de Dom Pedro II, o professor surdo Ernest Huet fundou a primeira instituição voltada à educação de surdos, o então Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS E A LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL

No que se refere à Libras e à Língua Portuguesa, observa-se que ambas são línguas, embora apresentem modalidades distintas. Assim, compartilham a característica de não serem meras formas de linguagem, mas sim sistemas linguísticos completos. Nessa direção, Quadros (2004, p. 8) ressalta que:

A Língua - é um sistema de signos compartilhado por uma comunidade linguística comum. A fala ou os sinais são expres-

sões de diferentes línguas. A língua é um fato social, ou seja, um sistema coletivo de uma determinada comunidade linguística. A língua é a expressão linguística que é tecida em meio a trocas sociais, culturais e políticas. As línguas naturais apresentam propriedades específicas da espécie humana: são recursivas (a partir de um número reduzido de regras, produz-se um número infinito de frases possíveis), são criativas (ou seja, independente de estímulo), dispõem de uma multiplicidade de funções (função argumentativa, função poética, função conativa, função informativa, função persuasiva, função emotiva etc.) e apresentam dupla articulação (as unidades são decomponíveis e apresentam forma e significado).

A autora explica que a Língua é um sistema utilizado por um grupo específico de falantes, possuindo estrutura e gramática próprias, o que a diferencia do conceito de linguagem. Esta, por sua vez, é mais abrangente, englobando diversas formas de expressão, como a arte, a dança e a música, entre outras manifestações comunicativas. Um exemplo disso é a linguagem dos animais; contudo, o raciocínio é uma habilidade exclusiva do ser humano, uma capacidade inata que o distingue das demais espécies.

Em consonância com as ideias de Quadros (2007), Fiorin (2015, p. 8) afirma que a linguística possui um campo de estudo bastante amplo, não se limitando à análise da norma culta. O autor destaca que a disciplina não se restringe a juízos de “certo” ou “errado”, mas busca compreender a profundidade da linguagem em seus diversos contextos e significados. Desse modo, a linguística ultrapassa a mera observação de variações e padrões da língua, abrangendo uma visão mais ampla sobre o funcionamento e o uso da linguagem humana.

Conforme explica Gesser (2009, p. 14), a Libras é reconhecida como uma língua plena, possuindo o mesmo status que qualquer outra língua. A autora destaca que William Stokoe identificou três parâmetros essenciais para a formação dos sinais — a configuração das mãos e o ponto de articulação (ou locação). Posteriormente, na década de 1970, os linguistas Robbin Battison, Edward S. Klima e Ursula Bellugi acrescentaram um quarto parâmetro: a orientação da palma da mão. Assim, a Libras

apresenta uma estrutura linguística própria, fundamentada em regras específicas que garantem sua legitimidade como língua, Gesser (2009, p. 14).

Além dos quatro parâmetros já mencionados, existe também um quinto elemento na estrutura da Libras: as expressões não manuais. Esses movimentos do rosto, dos olhos, da cabeça ou do tronco exercem funções essenciais na língua de sinais, pois marcam construções sintáticas e distinguem itens lexicais, conforme explica Quadros (2007, p. 60). Nesse contexto, a principal diferença entre a Libras e a Língua Portuguesa está em suas modalidades – enquanto a Libras se baseia na percepção visual e espacial, a Língua Portuguesa se realiza por meio da fala e da percepção sonora, como destaca Quadros (2004).

Nas línguas de sinais – como é o caso da Libras – o uso do espaço visual, do enquadramento, do corpo e do chamado espaço neutro constitui um aspecto fundamental de sua estrutura. Gesser (2009) explica que esses elementos compõem a base da sinalização e que, assim como as letras e sílabas formam palavras nas línguas orais, os parâmetros da Libras são responsáveis pela formação dos sinais. Além disso, a língua de sinais também dispõe de um sistema próprio de escrita. Segundo Quadros (2004, p. 9), esse sistema permite diferentes possibilidades de tradução: da língua de sinais para a forma escrita de uma língua falada, da escrita da língua falada para a língua de sinais ou ainda da escrita de sinais para a língua falada.

Nesse sentido, o surdo que utiliza a Libras pode recorrer à escrita de sinais como meio de expressão linguística. Trata-se de um sujeito que interage com o mundo por meio de experiências visuais e, portanto, tem o direito de dominar tanto a Libras quanto a Língua Portuguesa em sua forma escrita. Assim, participa ativamente dos diversos contextos que compõem a comunidade surda, sejam eles de natureza social ou cultural. Quadros (2024, p. 10) reforça essa perspectiva ao destacar:

[...] A surdez consubstancia experiências visuais no mundo. Do ponto de vista clínico comumente se caracteriza a surdez pela

diminuição da acuidade e percepção auditivas que dificulta a aquisição da linguagem oral de forma natural[...].” (Quadros, 2004, p. 10, grifo do autor) [desse modo percebe-se uma vertente da surdez de cunho patológico]. (Quadros, 2004, p. 10, tradução nossa)

Atualmente, Paula Pfeifer adota uma perspectiva voltada aos surdos que buscam alternativas para compensar a perda auditiva por meio do uso do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI). Ainda assim, é inegável a relevância da Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) que representou um marco histórico para a comunidade surda brasileira. Essa legislação reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão, consolidando-a como um sistema linguístico de modalidade visual-motora, com status de língua plena e capaz de expressar toda a complexidade e riqueza dos aspectos linguísticos humanos.

A Lei nº 10.436 (Brasil, 2002) determina que instituições públicas, privadas e empresas prestadoras de serviços ao governo assegurem a acessibilidade comunicacional por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Anos mais tarde, o Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005) foi promulgado com o objetivo de regulamentar e operacionalizar essa legislação, detalhando sua aplicação nos diferentes contextos sociais. Em continuidade, a Lei nº 12.319 (Brasil, 2010) passou a reconhecer e regulamentar a profissão do Tradutor e Intérprete de Libras (TILSP), profissional responsável por realizar a mediação linguística entre surdos e ouvintes, garantindo o acesso à comunicação e à informação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, atualizada em 2021) reforça esses avanços ao estabelecer a educação bilíngue de surdos como uma modalidade específica da educação escolar. Essa proposta prevê a Libras como primeira língua e meio de instrução, enquanto a língua portuguesa escrita é considerada a segunda língua dos estudantes surdos. Essa modalidade deve ser assegurada em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues, polos ou unidades de ensino que atendam a essa especificidade, Lei nº 9.394 (Brasil, 2021).

Conforme previsto na legislação, a educação bilíngue deve iniciar-se na educação infantil – a partir do zero ano – e se estender ao longo de toda a vida escolar, sendo acompanhada do Atendimento Educacional Especializado (AEE) bilíngue. Tal atendimento deve ser realizado por profissionais qualificados e especializados, a fim de atender às demandas linguísticas e pedagógicas dos estudantes surdos, Lei nº 9.394 (Brasil, 2021).

Ademais, a LDB Lei nº 9.394 (Brasil, 2021) também assegura que estudantes surdos, surdocegos e aqueles com deficiências associadas tenham acesso a recursos didáticos acessíveis, materiais bilíngues e professores com formação e especialização adequada, em nível superior. Dessa forma, negar esses recursos significa, igualmente, descumprir a legislação e limitar o direito constitucional à educação inclusiva e equitativa.

PAULA PFEIFER E A SUA RELAÇÃO COM A LIBRAS E A LÍNGUA PORTUGUESA

Paula Pfeifer, surda oralizada, é usuária da Língua Portuguesa tanto na modalidade escrita quanto falada, além de utilizar a leitura labial como recurso comunicativo. Diagnosticada ainda na infância com surdez bilateral neurossensorial progressiva, passou por diferentes consultas médicas, nas quais uma das hipóteses levantadas foi a de que o canal auditivo se abriria com o crescimento, o que não se concretizou. Com o passar do tempo, sua perda auditiva se agravou, afetando vários aspectos de sua vida, especialmente o escolar, onde dependia constantemente da leitura labial para compreender os conteúdos.

De acordo com Souza e Silvestre (2007), há cinco graus distintos de perda auditiva: leve, moderado, severo, profundo e cofose. Nessa classificação, a condição de Paula Pfeifer enquadra-se na surdez profunda; entretanto, com o uso de aparelhos auditivos, sua audição se aproxima de um nível moderado. A própria autora relata sua experiência ao afirmar: “sou uma pessoa que, sem aparelhos auditivos, não ouve quase nada. Ao

colocá-los, volto ao mundo dos sons, mas isso não me torna ‘menos’ surda do que ninguém” (Pfeifer, 2013, p. 65, grifo nosso).

Souza e Silvestre (2007) observam que os avanços tecnológicos trouxeram grandes melhorias para a vida das pessoas com surdez oralizada, destacando-se os aparelhos auditivos e os implantes cocleares como as principais próteses disponíveis. Paula utilizava o Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), responsável por realizar a estimulação auditiva por via aérea, óssea ou cartilaginosa. Em seus relatos, menciona situações desafiadoras relacionadas ao uso do aparelho, como a interrupção do som durante um filme no cinema por falha na pilha, ou o desconforto causado por ruídos intensos em orquestras e ambientes semelhantes.

Apesar das limitações auditivas, Paula Pfeifer não apresentou dificuldades expressivas na fala ou na escrita, mesmo sem acompanhamento contínuo de fonoaudiólogos ou outros especialistas em surdez. Souza e Silvestre (2007) destacam que a falta de estimulação oral adequada nos primeiros anos de vida pode comprometer a clareza e a inteligibilidade da fala de pessoas surdas. No entanto, Paula superou tais desafios e, além de dominar o português, tornou-se fluente em inglês, francês e espanhol. Essa trajetória contrasta com o que aponta Góes (2012), ao observar que muitos surdos, mesmo após anos de escolarização, ainda enfrentam obstáculos no uso da linguagem escrita, em grande parte devido à ausência de profissionais capacitados e à adoção de práticas pedagógicas pouco eficazes.

Paula Pfeifer não teve contato com a Libras e tampouco a adotou como língua de instrução. Por ter nascido ouvinte e perdido gradualmente a audição, considera o português sua língua materna (L1). O estímulo à leitura desde a infância, promovido por sua família, contribuiu para o desenvolvimento de um vocabulário amplo e de uma escrita consistente, o que explica seu desempenho diferenciado em relação a outros surdos. Em suas palavras: “foi em casa que recebi estímulo para aprender novas línguas, o que me provocou um tremendo desejo de conhecer mais sobre a cultura de outros países” (Pfeifer, 2013, p. 65).

Para Paula, o domínio da Língua Portuguesa é essencial para a inserção social, acadêmica e profissional no Brasil. Embora reconheça a relevância da Libras para a comunidade surda, a autora afirma que não desejaria depender exclusivamente da língua de sinais ou da mediação de intérpretes para se comunicar com ouvintes. Na sua visão, restringir-se apenas ao convívio com a comunidade surda significaria permanecer em um grupo social isolado. (Pfeifer, 2013)

Botelho (2016) corrobora essa discussão ao apontar que muitos surdos enfrentam dificuldades relacionadas à sintaxe e ao vocabulário, o que compromete a compreensão textual. A autora utiliza a expressão “pobreza de vocabulário” para designar a limitação lexical que prejudica aqueles que não dominam o português escrito. Segundo Botelho (2016, p. 62), “à perspectiva de construção do sentido do texto está associada a ideia do domínio de palavras. Os surdos se habituam a parar nas palavras desconhecidas, como se o sentido fosse lexicado”.

Paula, por sua vez, fazia da leitura labial seu principal instrumento de comunicação. Costumava assistir a séries norte-americanas com legendas em português, prática que a ajudou inclusive a desenvolver a leitura labial em inglês. Essa habilidade facilitava suas interações em diferentes contextos, embora ainda houvesse limitações em situações que exigiam contato visual direto com o interlocutor.

Segundo Silvestre e Souza (2013), a língua escrita representa um meio privilegiado de acesso à ciência e à cultura, sendo essencial para a superação das barreiras comunicativas em espaços como o cinema, o teatro e eventos acadêmicos. No entanto, para indivíduos que utilizam exclusivamente a língua de sinais, o contato com a escrita apresenta maiores desafios, já que o registro escrito da língua de sinais ainda é um campo em desenvolvimento.

Paula Pfeifer também relata situações cotidianas desafiadoras, como resolver questões bancárias ou de cartão de crédito, em que muitas vezes precisou contar com ouvintes para intermediar ligações telefônicas. Ela defende a implementação de sistemas de atendimento via chat para

garantir maior acessibilidade às pessoas surdas, destacando que ferramentas como e-mail e SMS já contribuem para uma comunicação mais autônoma. Em experiências internacionais, como quando teve sua mala extraviada na Europa, Paula reforça a importância das tecnologias assistivas para evitar situações de vulnerabilidade.

A aceitação da própria surdez e o uso de aparelhos auditivos marcaram um ponto de transformação em sua trajetória. Para Paula, assumir publicamente sua condição é fundamental, pois ocultá-la apenas amplia as dificuldades. Sua história, marcada pelo domínio da Língua Portuguesa, pela leitura labial e pelo aprendizado de múltiplos idiomas, demonstra que a surdez não é um impedimento para o sucesso pessoal e profissional, servindo como exemplo inspirador para outras pessoas surdas ao redor do mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O domínio do português escrito configura-se como um instrumento indispensável tanto para os surdos oralizados quanto para aqueles cuja primeira língua é a Libras. A falta de acesso ou de interesse pela língua majoritária pode acarretar sérias limitações na vida cotidiana, visto que o surdo nem sempre conta com a presença de intérpretes, familiares ou amigos capazes de mediar sua comunicação. Dessa forma, a proficiência em língua portuguesa – especialmente em sua modalidade escrita – constitui um elemento essencial para a conquista da autonomia, sobretudo nos âmbitos social, educacional e profissional.

A trajetória de Paula Pfeifer ilustra esse cenário: mesmo sem o suporte de profissionais especializados na área da surdez ou de acompanhamento pedagógico contínuo, a autora, por meio de dedicação pessoal e incentivo familiar, alcançou elevado nível de competência no uso da língua portuguesa. Tal domínio lhe proporcionou maior independência, possibilitando viagens, estabilidade profissional e o uso eficiente de recursos tecnológicos que contribuem para a redução das barreiras comunicacionais.

Ao reconhecer sua surdez e optar pelo uso do Aparelho de Amplificação Sonora Individual (AASI), Paula reforça a ideia de que a tecnologia assistiva não representa limitação, mas sim um instrumento de inclusão e de fortalecimento da acessibilidade. Sua experiência revela que a surdez não impede uma vida plena, desde que haja aceitação da própria condição, autonomia e acesso a recursos que promovam igualdade de participação social.

Logo, Paula Pfeifer foi autodidata, pois ao não ter todo o suporte especializado necessário, no entanto, por assistir filmes, séries etc., tornou-se cada vez mais fluente na sua língua materna, que embora tenha sido o português, mas por perder muito precocemente, acabou vivenciando na prática escolar sérios problemas, como cansaço excessivo em ter que fazer exaustivas leituras labiais durante toda a vida acadêmica. Além de não optar pela Libras, uma vez que respeita a escolha dos demais surdos, mas que teve dificuldades em encontrar autores, que assim como ela fosse uma surda oralizada. Assim, sua obra serve para que além dos surdos que assim como Pfeifer se sintam incluídos, os ouvintes também possam pesquisar nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória de Paula Pfeifer evidencia que o domínio da língua portuguesa escrita constitui um dos principais instrumentos de inclusão social e exercício da cidadania das pessoas surdas no Brasil. Mais do que um requisito acadêmico ou profissional, essa competência linguística representa uma ferramenta de acesso à informação, de autonomia nas interações cotidianas e de ampliação das possibilidades de participação social.

Nesse cenário, as tecnologias assistivas – como os aparelhos auditivos e os recursos digitais – assumem papel essencial ao reduzir barreiras comunicacionais e permitir que surdos oralizados ou sinalizantes ampliem suas formas de expressão. A experiência de Paula Pfeifer, contudo, demonstra

que tais recursos apenas alcançam resultados significativos quando associados à aceitação da surdez e ao fortalecimento da identidade do sujeito surdo.

Esses estudos e vivências são particularmente relevantes, pois dão visibilidade a um grupo muitas vezes pouco representado: os surdos oralizados, usuários da leitura labial e fluentes na língua portuguesa, que optaram por não se vincular à cultura dos surdos politizados, embora mantenham profundo respeito por essa vertente e por sua importância na luta por direitos linguísticos e identitários. Ao retratar essas diferentes perspectivas, amplia-se a compreensão da diversidade existente dentro da própria comunidade surda.

Por fim, o percurso de Paula Pfeifer demonstra que o bilinguismo, em suas múltiplas formas – seja pela Libras, pela oralidade ou pela leitura labial – não deve ter como finalidade excluir outras realidades de pessoas surdas, mas sim complementar e fortalecer o domínio da língua majoritária. Sua vivência reafirma que a surdez não se resume a uma limitação, mas constitui parte da diversidade humana que, quando acompanhada de condições adequadas de acessibilidade linguística e tecnológica, pode gerar experiências de vida autônomas, produtivas e socialmente transformadoras.

REFERÊNCIAS

BOTELLO, Paula. Linguagem e letramento na educação dos surdos: ideologias e práticas pedagógicas. 4. ed., 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

FIORIN, José Luiz et al. Linguística? Que é isso? São Paulo: Contexto, 2015.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GÓES, Maria C. R. Linguagem, surdez e educação. 4. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012.

LIMA, Clevisvaldo Pinheiro; QUEIROZ, Anesio Marreiros. O ensino de inglês para alunos surdos na modalidade EJA / The teaching of English for deaf students in the EJA modality. 2018.

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. Fundamentos de metodologia científica. 5ªed. São Paulo: ATLAS S.A. 2003.

LUCHESE, Anderson. Políticas e a educação dos surdos no Brasil. Indaial: UNIASSELVI, 2017.

PFEIFER, Paula. Crônicas da surdez. São Paulo: Plexus, 2013.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

SOUZA, Regina M.; SILVESTRE, Núria. Educação de surdos: pontos e contrapon-tos. Organização de Valéria Amorim Arantes. 2. ed. São Paulo: Summus, 2007.